ATA DA 14ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Assuntos Sociais DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 de Maio de 2017, Quarta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia dezessete de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Lindbergh Farias, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Armando Monteiro e João Alberto Souza. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (RAS 21/2017 e 24/2017)**, atendendo aos requerimentos RAS 21/2017 e RAS 24/2017, ambos de autoria da Senadora Marta Suplicy. **Finalidade:** Audiência Pública em comemoração ao Dia Internacional de Enfrentamento à Homofobia e Transfobia. **Participantes:** Marina Reidel, Coordenadora-Geral LGBT da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania (representante de: Flávia Piovesan, Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania); Toni Reis, Secretário de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT e Diretor-Presidente da Aliança Nacional LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais); Rafaelly Wiest, Presidente do Transgrupo Marcela Prado e Diretora Administrativa da Aliança Nacional LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais); Patrícia Mannaro, Advogada e Secretária-Geral da Aliança Nacional LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais). Luma Nogueira de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) e Presidente da Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT – CNCD/LGBT.  **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usam da palavra a Senadora Fátima Bezerra e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Marta Suplicy**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/05/17>

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vou dar um intervalo de cinco minutos porque os convidados tiveram problema na portaria. Estão chegando, mas já estão dentro do nosso prédio.

Esta audiência pública que nós vamos ter em breve é em comemoração ao Dia Internacional de Enfrentamento à Homofobia e à Transfobia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senhores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em comemoração ao Dia Internacional de Enfrentamento à Homofobia e à Transfobia, em atendimento aos Requerimentos da CAS nºs 21 e 24, de 2017, ambos de iniciativa desta Presidência.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Marina Reidel, coordenadora-geral LGBT da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania... (*Palmas.*)

... que aqui representa Flávia Piovesan, Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça; Toni Reis, Secretário de Educação da ABGLT, que é Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Diretor-Presidente da Aliança Nacional. (*Palmas.*)

Rafaelly Wiest, Presidente do Transgrupo Marcela Prado e Diretora Administrativa da Aliança Nacional LGBTI. (*Palmas.*)

Patrícia Manaro, Advogada e Secretária-Geral da Aliança Nacional LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais). (*Palmas.*)

E Luma Nogueira de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura e Presidente da Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas do Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (*Palmas.*)

Vou fazer a abertura, à medida que sou a requerente da presente audiência pública.

Bom dia a todos e a todas. Abro a audiência pública em comemoração ao Dia Internacional de Enfrentamento à Homofobia e à Transfobia.

Também a satisfação de dizer a vocês que, entre hoje e amanhã, haverá mais eventos alusivos a esse debate. Na Câmara dos Deputados, ainda hoje, a partir das 14 horas, teremos mais uma audiência pública, crimes de ódio contra LGBTI. Amanhã, dia 18, nós vamos ter o seminário de combate à LGBTfobia, do qual participarei, que será organizado pelas Bancadas do PPS, PV e PSDB do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

E dia 17 de maio é o Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia, e é festejado porque a Organização Mundial de Saúde excluiu a homossexualidade da classificação estatística internacional de doenças, de problemas relacionados com a saúde. Isso foi no início dos anos 90. E nós sabemos que nunca foi uma doença, uma tara, mas os espaços civilizatórios são dados pouco a pouco. O importante é que não deixamos de caminhar esse tempo todo.

E quais foram os progressos da sociedade até agora? Desde que comecei a minha militância em favor dos direitos humanos e, mais especificamente, na área LGBT, faz mais de 30 anos. Nós buscamos a parceria civil, como Deputada, o casamento e todas as questões relativas à cidadania plena e decorrente do reconhecimento social de que duas pessoas do mesmo sexo possam formar famílias, tanto a questão da formação da família, da herança e de todos os direitos plenos que as pessoas têm que ter para poderem viver uma vida com dignidade.

O projeto de parceria civil ainda está na Câmara dos Deputados para ser votado. Eu lembro que o Toni foi um dos grandes companheiros nessa luta, que nós não conseguimos naquele momento – faz mais de 20 anos, não é Toni? –, que fosse aprovado, mas ele desencadeou no País uma discussão que era difícil, que era a discussão dos direitos homossexuais.

E isso permitiu que o tema ressuscitasse no País, que tinha sido discutido um pouco à época do TV Mulher, quando foi a primeira vez em que se falou da questão da sexualidade, mas depois passou a ser discutido de outra forma, foi em novelas, em *talk-shows*, às vezes com preconceito, às vezes de forma mais adequada. Mas, de qualquer forma, o que era escondido passou a ser conversado. Isso foi um grande avanço. E quando tive a condição de ser Prefeita de São Paulo, nós regulamos a primeira aposentadoria para um casal de lésbicas, que uma delas havia falecido.

A Justiça brasileira tem sido a grande ajuda, porque, infelizmente, no Congresso, nós temos essa dificuldade. Mas a Justiça caminha e está obrigando uma mudança a ser feita não nas leis, mas permitindo que muita coisa seja reconhecida como direito. Quanto às mudanças constitucionais, nós estamos começando a brigar por elas. Primeiro, nós fomos na união estável, casamento, adoção, direito de herança. E tivemos também o Poder Executivo, no final da gestão de uma, reconhecer o direito como o uso do nome social das trans em repartições federais, direitos previdenciários, declaração de Imposto de Renda. Mas tudo isso não resolve de modo permanente o que tem que ser feito por meio de lei.

Há, no entanto, uma omissão, que eu diria que é indesculpável no Congresso Nacional, que é uma dívida para a comunidade LGBTI, que é a dívida que nós estamos aqui hoje cobrando, não só na questão da violência física, mas da social. Da violência física, como implica, muitas vezes, além de realmente sérios danos ao físico de pessoas LGBT, mas também implica mortes, que é algo extremamente sério, que são visíveis e são levadas aos jornais, nós temos uma denúncia constante. Em relação à violência social, nós demoramos mais para poder colocar isso nos jornais e poder fazer esse pleito, porque passa despercebido para quem não está vivendo aquele problema. Então, não sai no jornal: "Fulana não conseguiu entrar no avião porque a sua identidade não combinava com a forma como ele se produzia." Isso ocorre. E não é justo que ocorra, porque a pessoa não se sente homem ou, às vezes, não se sente mulher, e quer se arrumar de acordo com a sua identidade.

Então, essas questões não aparecem, só humilham e são inadequadas para uma sociedade civilizada.

Bom, agora, nós estamos em um momento importante aqui na Casa, em que a Comissão de Justiça aprovou o reconhecimento da união estável e do casamento para a população LGBTI, uma mudança também constitucional, para não haver somente o casamento entre homem e mulher, mas o casamento entre duas pessoas.

O Judiciário, o Supremo, já havia colocado isso com muita clareza esse direito, as pessoas homossexuais ou união estável, homoafetiva. Até recentemente, acho que faz duas ou três semanas, foi promulgada a questão de herança. Todos os direitos estão lá. Não estão na Constituição. Nós gostaríamos que isso agora... Não é uma formalidade, é mais que uma formalidade, porque é uma questão de colocar as coisas exatamente como elas são.

E nós temos que romper essa barreira, essa omissão inconstitucional, que agora vai ser votada no plenário e será encaminhada à Câmara.

E eu acredito que quanto a esse direito na Justiça, nós só chegamos nisso pela exposição do tema, exponencialmente a partir do primeiro projeto que foi feito na Câmara há 20 anos, do tratamento ao LGBT nas novelas, nas reportagens. Outro dia vi, acho que foi na Globo News, uma matéria sobre uma trans, mas uma beleza de matéria, feita com muito bom senso, delicadeza, que não creio que alguém pudesse ver a exposição do problema, como foi resolvido, com a família encarou, e como a pessoa conseguiu se apresentar de outra forma, com outra autoestima, depois da questão de identidade ter sido resolvida.

Então, no momento em que nós estamos tendo em televisões esse questionamento, agora vi as crianças do Toni sendo batizadas na catedral em Curitiba, pela Igreja Católica, nós vamos vendo que há um reconhecimento, com todos os limites ainda que algumas religiões têm, do direito de cidadania.

Agora, não posso deixar aqui de dizer que sabemos perfeitamente que houve uma manobra da Bancada fundamentalista para enterrar o PLC 122, aqui no Senado, que visava justamente incluir as discriminações por orientação sexual e por identidade de gênero na Lei do Racismo.

Quanto à impunidade, o que acontece? É que atrasou por muito tempo a possibilidade da questão de a violência ser coibida, porque a violência vai ter que ser coibida não só com ensinamentos, mas nas escolas, onde o tema possa ser debatido. E nós percebemos que cada vez é mais difícil, porque agora nem questão de gêneros pode ser discutido em escola. E essa discussão do que é o gênero é boa e é importante até para a questão da mulher, porque você discute a violência contra a mulher, a questão da autoestima da mulher na questão de gênero, mas é um retrocesso muito violento no País. E isso faz com que as questões de violência não diminuam. Elas tendem a se manter e a aumentar. Quando não reconhecemos que a discriminação é um fator que leva uma pessoa a agredir a outra, estamos colocando venda nos olhos para situações que vão nos levando, muitas vezes, a termos vergonha do número que o Brasil alcança, que nos coloca como um dos países que tem a impunidade a crimes de violência e o número de violência mais altos no mundo.

O Brasil lidera a estatística de violência contra homossexuais, certamente vocês aqui vão aprofundar o tema, mas nós sabemos que a Lei do Racismo de hoje, para vocês terem uma ideia, ela protege pessoas negras, brancas, grupos étnicos, migrantes, imigrantes, a liberdade de credo, mas é como se não existisse a orientação sexual, a questão gênero não passa nem perto. E isso é muito sério.

É justo que também não sejam atacados por sua orientação sexual, identidade do gênero, assim como as pessoas que são migrantes ou que praticam outra religião também não devem ser atacadas.

O Congresso já deveria ter equiparado a discriminação contra o LGBTI ao crime de racismo. Não ocorreu. Porém, sabemos que somente o movimento LGBTI e os nossos comitês de diversidade não têm conseguido avanço de modo suficiente na causa. Tudo o que temos conseguido, repito, foi o Judiciário que conquistou. Claro, nós agitamos, nós fizemos ações, a mídia ajudou muito, mas o Judiciário teve a coragem, que o Parlamento não tem e fica atrasado, sempre a reboque.

Portanto, eu defendo aqui é que a gente realmente amplie o movimento LGBT em todas as frentes partidárias, mas também em outros núcleos da sociedade civil. Já temos muito mais simpatizantes do que no passado. A Associação Comercial LGBT de São Paulo está se fortalecendo, ressurgiu, está agora tendo uma associação internacional bastante forte também.

Quero dizer que, na discussão do novo Código Penal, apresentei nove emendas. E está parado na Comissão de Justiça e Cidadania. E agora estou me debruçando sobre outra possibilidade de emendar o atual Código Penal agravando todos os crimes que reconhecidamente tiverem por traz a motivação do ódio a homossexuais, ou seja, a homofobia.

Assim como fiz nove emendas ao Código Penal, vários Senadores desta Casa também o fizeram. Isso não quer dizer que não possamos tirar daqui uma nova linha de projeto para a equiparação da homofobia ao racismo.

Eu deixo um recado final, além da luta pelo combate à homofobia, tenho aqui no Senado alguns projetos de lei que vocês poderão conhecer melhor, estudar mais, engajarem-se, porque são para dar plenos direitos de cidadania a LGBTIs.

Vocês vão ver que os projetos de lei são de 2011. Um deles é a PEC da Natalidade. O que é? Ela garante direito dos trabalhadores urbanos e rurais à licença natalidade. A licença natalidade para não ser mais licença maternidade ou paternidade, é uma licença natalidade que é concedida a qualquer um dos pais por 180 dias. Isso poderia não ter nada a ver com comunidade gay. É para que hoje, numa sociedade moderna, as pessoas possam, homem e mulher, para esse tipo de casal hétero, se reversar, porque hoje as mulheres têm empregos, onde preferem não ficar quatro meses, o companheiro pode assumir. E isso pode alternar. Então, nós fizemos essa lei e acrescentamos que ela é extensiva aos adotantes e aos casais homoafetivos. Então, nós temos aí uma possibilidade de inclusão também.

O outro é um PLS também de 2011, 658, que reconhece os direitos, a identidade de gênero e a troca de nome e sexo, nos documentos de identidade de transsexuais. Como já mencionei, não é novidade. O Executivo Nacional já fez isso para os funcionários públicos federais. Já existe decisão da Justiça. A OAB já deu carteirinha para a primeira advogada trans, mas o que a gente precisa é da lei, reconhecimento de cidadania.

Essa é mais uma omissão do Congresso Nacional, mas vai ser sanada. O Senador Jarbas aceitou ser o Relator. E assim que o relatório ficar pronto, ele irá agora à Comissão de Justiça. E essa eu tenho a certeza de que vamos passar aqui no Senado e que irá à Câmara.

O que é interessante observar é que nós estamos aqui num embate em que os direitos já existem, já está tudo em prática. As pessoas já podem se casar por decisão do Supremo, já podem herdar os homoafetivos, o transsexual já pode mudar a sua carteira, mas nós precisamos é da lei. E nós estamos aqui reunidos para que essa lei prossiga.

E, por fim, a PEC 111, que também é de 2011, que altera o art. 3º da Constituição Federal para incluir entre os objetivos fundamentais da República a promoção do bem de todos, sem preconceitos relativos à identidade de gênero ou à orientação sexual.

Esses são instrumentos de luta. Não são meus, são nossos. Eu estou aqui na condição de apresentar projetos, de representá-los aqui na tribuna, mas essa é uma luta de profundo protagonismo do segmento LGBT.

Vocês me têm como aliada. Contem sempre comigo.

E vou passar agora a palavra à primeira oradora, que vai ser a Marina Reidel, que é Coordenadora LGBT da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Com a palavra por dez minutos.

**O SR. MARINA REIDEL** – Bom dia a todas, bom dia a todos.

Primeiramente, quero agradecer à Senadora pela iniciativa e cumprimentar todos os Senadores e todas as autoridades aqui.

Eu venho em nome da Secretária Flávia Piovesan, que, infelizmente, foi chamada ontem para uma reunião, um compromisso fora de Brasília. Então, felizmente pediu-me que viesse aqui, representasse e falasse um pouco sobre o que a gente tem vivido nesse período em que nós estamos nesse processo, nessa coordenação.

Vou trazer um pouco da questão que está sendo pautada, que é a questão da violência. Eu assumi em dezembro de 2016 essa coordenação. E tenho visto... Quer dizer, a violência é uma constante na nossa vida. Nós, transexuais, travestis, *gays*, lésbicas, enfim, homens trans, todos esses recortes, identidades, sofrem diariamente, constantemente. Não é porque eu estou numa situação hoje de uma coordenação que eu também não sofra, mas, então, a gente vive isso no coletivo. Todos os dias, a gente abre o jornal, abre o Facebook, estão lá os registros, as violências das mais absurdas.

Só de um canal, que nós temos, que é o Disque 100, apenas esse canal, que eu trago número aqui, no ano de 2016, 1.876 denúncias. Obviamente que as denúncias são maiores, porque nem todas as denúncias são registradas nesse canal, nem todas as denúncias são... Na verdade elas aparecem, como a própria Senadoras disse, muitas vezes, o registro é feito de outra forma. E a gente não consegue, então, colocá-las dentro desse sistema, que é o nosso canal da denúncia.

Mas o interessante desses dados é que eles são muito maiores que o número que coloco aqui. E muitas vezes a gente percebe que a denúncia vem da vítima, ou seja, a vítima que está sendo ameaçada ou de alguma pessoa que vai informar.

No caso da população de travestis, que é a que mais é afetada ainda nessa violência, muitas vezes a denúncia nem acontece, o registro nem acontece. Então, se perdem, muitas vezes, os dados fidedignos do próprio canal por conta dessa dificuldade que nós vamos ter.

E um dos indicadores traz, o que é o mais curioso, que muitas vezes a violência vem de dentro de casa. Então, a gente também vai sofrer a violência já dentro desse espaço, do espaço hostil da família, e vai perpassando pela escola, pela saúde, enfim, por todos os espaços. Então, a gente percebe também que esses dados acabam sendo colocados, muitas vezes, num processo de estigma, num processo de dificuldade de viver numa sociedade como a gente vive.

Então, o nosso papel também, como coordenação, é tentar articular para que a gente consiga o tempo inteiro dialogar e construir algumas propostas, algumas ações em tempo curto, tanto no Poder Executivo como a gente tem que transversalizar com o Judiciário e o Legislativo. O papel justamente, nessa coordenação, também é articular para que a gente consiga construir a política como um todo, a política pública. No entanto, a gente vai ter, com certeza, uma série de dificuldades também nesse espaço. É um espaço também em que você está dentro de um ministério que foi reordenado hoje – era uma secretaria e passou a ser um ministério –, então, a gente também tem que reordenar toda uma estrutura que não compete só a uma secretaria e, sim, a nove secretarias. A gente vai viver também esse processo justamente com toda a dificuldade do processo econômico que o Brasil está vivendo.

No entanto, desde que eu sentei naquela cadeira, eu sempre digo que, às vezes, a gente nem consegue sentar na cadeira, porque é tanta coisa que a gente acaba correndo e atendendo. E como a equipe ainda é reduzida, muitas vezes a gente não dá conta, mas nós temos insistido e ido a todos os espaços. E eu, como professora, acredito muito ainda na educação e esse espaço é um espaço que eu tenho contemplado. Ontem mesmo eu estava numa universidade aqui de Brasília falando com futuros profissionais da área da psicologia que a gente precisa estar nesses espaços para também... Porque eu acredito na lei, a lei, no Brasil, muitas vezes fica com alguns recortes, algumas dificuldades, mas também acho que a gente tem que buscar uma cultura, porque é uma sociedade que ainda é homofóbica, transfóbica, lesbofóbica, bifóbica, enfim, todas as fobias que a gente vai encontrar e que, muitas vezes, na escola, ela também aparece, porque a escola é a diversidade, então, a gente também vai encontrar, nesses espaços, a diversidade e, juntamente, os preconceitos.

Então, diante desse desafio que nós temos, como Secretaria de Direitos Humanos, que pensar que temos que estar em todos esses espaços. Independentemente de recortes, de partidos, de questões, a nossa bandeira é uma, que é aquela colorida que, inclusive, a gente... Ah, está aqui, mas não podia, deu até entrave para entrar nesse espaço, justamente porque não podia entrar. Fomos...

Enfim, mas a gente, então, vive esse processo. O desafio também de construir a curtos prazos um pacto contra a violência e esse pacto não pode ser de cima para baixo.

Quando eu digo de cima é da esfera da coordenação-geral para os Estados e Municípios. A gente tem que construir em conjunto. De que forma? Eu tenho dialogado muito com os gestores municipais e estaduais para tentar, então, articular que seja um pacto mínimo para que a gente construa, pelo menos, uma cultura de paz, de educação e que a gente pelo menos pense, em curto prazo, algumas medidas que vão conseguir estabelecer um parâmetro de desafio do cotidiano mesmo, seja na educação, seja na saúde, enfim, nesses lugares onde a gente precisa estar pontuando o tempo inteiro.

São esses os desafios mesmo: pensar num pacto contra a violência, construir o diálogo permanente com os Estados e Municípios, porque é a velha história: uma andorinha só não faz verão. Uma transexual sozinha não vai conseguir fazer nem sequer todas as estações, então, a gente vai tentar, o tempo inteiro – e esse é o meu objetivo também, é meu desafio –, dialogar com esses espaços e muito com a sociedade civil, porque a sociedade civil tem muito a contribuir, porque todo esse movimento, tudo que a Senadora falou aqui foi muitas vezes por iniciativa da nossa própria sociedade civil. A própria construção desse espaço na esfera federal hoje foi da sociedade civil, através dessas demandas.

Então, é isto: é pensar numa campanha publicitária de mídia que traga um pouco também dessa naturalidade da nossa vivência, porque, muitas vezes, só focamos em um tema, mas, como sempre digo, nós vamos ao supermercado, vamos à feira, nós não vivemos 24 horas em questão da nossa sexualidade ou da nossa orientação sexual, da nossa identidade de gênero, nós somos cidadãos e cidadãs, nós votamos, nós pagamos impostos, então, nós também temos esse processo de buscar o tempo inteiro a nossa cidadania. O que sempre digo também é pensar que nós temos a pauta do respeito.

Ontem mesmo, uma menina me perguntava: "Como é que eu vou me aproximar sem que eu transmita o preconceito?" Eu disse: "Como é que você gostaria de ser tratada? Como é que você gostaria de ser chamada? É assim que nós queremos também, é da mesma maneira." Nós não somos, como sempre brinco, "OGNIs", objetos gays não identificados, nós temos uma identificação, sim, nós temos uma orientação sexual, sim. Todos nós aqui temos, todos nós temos as nossas discussões particulares, mas também...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MARINA REIDEL** – ... temos a nossa questão coletiva.

Eu agradeço. Estamos à disposição sempre para dialogar nesses espaços. Seria isso.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agradeço à Marina Reidel, Coordenadora-Geral LGBT da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania.

E passo a palavra à Luma Nogueira de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura e Presidente da Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT.

Por dez minutos, pode fazer uso da palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, a ordem quem faz é a Presidência. Se vocês preferirem mudar, para mim também tanto faz.

**O SR. TONI REIS** – É que eu faço a introdução do assunto. Nós combinamos.

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então vamos seguir a ordem.

A palavra, então, para o Toni. Depois, Rafaelly, Patrícia e, por último, Luma.

Então, o Toni pode fazer o uso da palavra por dez minutos.

**O SR. TONI REIS** – Obrigado, Senadora Marta Suplicy. Parabéns pela sua história de luta em favor da comunidade LGTBI. Eu a conheço há mais de 30 anos e aqui no Congresso há mais de 22 anos. Lembro bem que, há 22 anos, nós fizemos a primeira audiência pública aqui quando falávamos da parceria civil registrada.

Também saudar a nossa querida Senadora Fátima, que é uma aguerrida defensora da questão da educação. Bom a senhora estar presente. E saudar todos os militantes: meu Presidente Carlos Magno aqui presente e todos os militantes dos vários Estados. Inclusive estou vendo que há várias pessoas de vários Estados que estariam aqui, mas que estão com certa dificuldade de entrar no Senado.

Eu fiz uma apresentação, para ser bastante prático e apresentar.

Então, dia 17, situação problema, avanços e desafios.

Por que no dia 17? Tal como a Senadora já falou, para nós é uma data emblemática. Nós conseguimos retirar do código 302.2 da Assembleia Mundial da Saúde, que considerava a homossexualidade uma doença, e é por isso que o Luis Gauthier, que é um francês, estabeleceu essa data, e hoje nós estamos comemorando em mais de 170 países. Há audiências públicas no Senado, Câmara dos Deputados, marchas, vigílias. No Brasil, as 27 unidades da Federação estão tendo eventos. E, aqui no Brasil, nós temos um decreto presidencial, do dia 4 de junho de 2010, que estabelece o Dia contra a LGBTfobia.

Bem, a questão da homossexualidade. Na Idade Média, era considerado um pecado mortal, nós éramos queimados na fogueira, fomos tratados como criminosos e, até dia 17 de maio, como doença – infelizmente, persiste isso, e o que nós queremos é cidadania.

E esses fatos refletem nesse mapa aqui, pessoal. Nós temos ainda 13 países no mundo – isso aqui são dados atualizados – que têm pena de morte para os homossexuais, 65 países ainda colocam a homossexualidade como crime. Nós também já temos 82 países que criminalizam a LGBTfobia. E nós já temos 51 países que reconhecem a união civil entre pessoas do mesmo sexo e casamento, sendo 22 casamentos e os outros, união estável.

Então, parabéns, Senadora Marta, por a senhora pegar essa bandeira do casamento, que passou na CCJ neste último mês. Nós estamos superfelizes e esperamos que passe também no Plenário.

Então, aqui está o mapa da situação no mundo.

E aí, nós temos apedrejamento na Nigéria, enforcamento nos países árabes e decapitação nos países árabes. Infelizmente, isso não acontece só lá, pessoal. Nós temos muitos exemplos aqui e, com certeza, as minhas colegas aqui estarão colocando situações no Brasil.

Nós temos que denunciar, e nisso nós temos uníssonos, quanto à questão dos campos de concentração na Chechênia para a questão *gay*. Isso é um problema seriíssimo, inclusive alguns militantes falam: "Chechênia pode se transformar aqui também." Então, isso é muito grave e nós queremos denunciar essa situação. Inclusive, o próprio Presidente pediu: "Matem seus filhos para que nós não precisemos matá-los."

Como já foram colocados os dados aqui, 30 violações de direitos humanos em caráter homofóbico, por dia, no Brasil.

A cada dia, 15 pessoas são vítimas de violência homofóbica, reportado pelo Disque 100.

Nós somos proibidos de doar sangue pela Anvisa. O art. 64 é que considera que nós não podemos doar sangue. Então, isso é mais uma denúncia nesse dia.

A questão dos dados que já foram apresentados aqui, Senadora Fátima, daquela audiência que nós fizemos sobre educação: 73% da comunidade LGBTI sofrem *bullying* nas escolas, 36% apanham e 60% se sentem inseguros.

E aqui um depoimento de um *gay* do Estado do Paraná:

Muitas vezes ameaçado, humilhado, separado e desamparado. Mesmo assim continuei firme e forte determinado a completar os anos que perdi por medo, insegurança, e mais medo, com a esperança de que um dia as escolas sejam uma segunda casa, onde além de se aprender sobre apenas fazer expressões matemáticas ou poemas arcaicos, mas também sobre igualdade, sobre respeito, sobre amar o próximo, porque é isso o que deveria ser ensinado nas escolas, respeito.

É isso que nós queremos! E é um apelo inclusive na participação nas seis audiências que teremos para colocar, na Base Nacional Comum Curricular, a questão de orientação sexual e identidade de gênero. Não queremos transformar ninguém em *gay*, não queremos transformar em lésbica, nós queremos transformar as pessoas em cidadãos e cidadãs que se respeitem.

Aqui os dados do Grupo Gay da Bahia: 5.352 casos de assassinatos. Isso é um absurdo e nós precisamos fazer alguma coisa. Isso é um problema sério. Lá em Curitiba ontem, um grupo de jovens jogou ácido e chamaram um rapaz de veado, falando: "Você tem que ficar cego!" Ele está no Hospital Evangélico e perdeu um olho. Nós estamos acompanhando situações do dia a dia. Olha a situação, isso é um problema sério, acho que nós temos... São imagens chocantes que nós precisamos denunciar nesse dia 17 de maio.

Nós não queremos exclusão, não queremos segregação, nós não queremos só a integração fictícia, nós queremos a inclusão total, queremos estar juntos e misturados.

Alguns avanços: a Resolução 1/99, do Conselho Federal de Psicologia, que não permite a cura da homossexualidade, até porque não é doença, mas, infelizmente, há Parlamentares que querem fazer a questão da cura.

A questão da Resolução 489 do Conselho Federal de Serviço Social. As Nações Unidas têm um documento que é *Nascidos Livres e Iguais*, que é proteger, prevenir, revogar, proibir e proteger. Aqui, a nossa maior vitória, que unanimemente conseguimos, foi o direito à união estável, dia 5 de maio de 2011. Foi unânime. E é importante para o Brasil que nós também tenhamos vitórias.

E o STF tem sido a nossa tábua de salvação. E daí o nosso decano do STF falar: “Ninguém pode ser privado de seus direitos políticos e jurídicos por conta de sua orientação sexual” e eu agrego, identidade de gênero. Ministro Celso de Mello.

O CNJ reconhece a conversão de união estável para casamento e que agora nós vamos ter aqui no Senado essa aprovação, espero.

A questão da Presidenta do STF, que reconhece a união estável de pessoas do mesmo sexo e coloca: sinônimo perfeito de família. E que deu – e aí sou muito grato a ela – na adoção dos nossos três filhos – Jéssica, Alyson e o Felipe –, no dia 5 de março.

O PLS, que reconhece a união legal, a conversão dessa união em casamento, já passou na CCJ e agora vai para o Plenário e, posteriormente, para a Câmara.

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Já está no plenário.

**O SR. TONI REIS** – Já está no plenário?

Faço um apelo a toda a militância, para que a gente tenha unidade na ação, para que a gente consiga a votação, para que a gente consiga aprová-lo. Nós precisamos da maioria, em plenário, de Senadores e Senadoras.

Falo dos desafios, concluindo. Precisamos do tripé da cidadania em todos os Municípios, em todos os Estados brasileiros. Precisamos de uma coordenação, precisamos de um plano e precisamos de um conselho. Esse é o nosso pedido para solucionar a questão, para mitigar essa situação da comunidade LGTBI no Brasil.

Quanto à questão da educação, trato da reinclusão dos termos "orientação sexual" e "identidade de gênero" na Base Nacional Comum Curricular. Nesse sentido, vamos fazer seis audiências. A primeira será realizada em agosto, em Manaus. Depois, nós as faremos em São Paulo, em Florianópolis, em Recife e aqui, em Brasília. Nós temos de fazer esse esforço conjunto.

Sobre a questão da legislação, ao contrário de quase todas as demais chamadas minorias no Brasil, a população LGBT não conta com uma legislação que a proteja contra a violência e a discriminação. A impunidade gera violência. Pelo menos 112 Municípios e 13 Estados brasileiros já têm um tipo de legislação.

Quanto à inclusão no Código Penal da criminalização da homofobia, lembro que, por iniciativa da Senadora Marta Suplicy, há nove emendas para combater a violência.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. TONI REIS** – Acho que é importante a gente relembrar isso. O Código Penal para a gente é um dos campos de batalha.

Falo dos adversários. Há o PDC que susta a resolução do Conselho Federal de Psicologia. A gente vem aqui denunciar, dizendo que não podemos passar isso. Há o PDC que susta os efeitos da decisão do STF sobre a questão da união entre pessoas do mesmo sexo e o casamento. Há o PDC 52, que susta o processo transexualizador. Precisamos de uma legislação que criminalize a LGBTfobia, como aconteceu nos Estados Unidos, como aconteceu no Chile. Há 43 países que já têm leis semelhantes e 39 que já trabalham essa questão da criminalização da homofobia.

Concluindo, a nossa tábua de salvação, como falei, está no STF. Nós estamos no Senado e na Câmara. Hoje, à tarde, teremos uma audiência também com os Deputados e com as Deputadas. Temos lá nossas sete ações: criminalização da homofobia e da transfobia, substituição do prenome, a questão do uso do banheiro, a questão da restrição de doação de sangue e a prevenção e coibição do *bullying* homofóbico nas escolas. Isso está no STF. Esperamos que a gente ganhe lá também.

São essas, pessoal, as nossas demandas, os nossos avanços.

Só quero registrar que a nossa Cláudia Dutra, nossa querida ex-Secretária da Secadi, muito nos ajudou com o material da Escola sem Homofobia.

Que bacana a senhora estar aqui, uma grande lutadora para a gente!

Quero concluir com uma frase de Gandhi. Ele fala: "Uma sociedade deve ser julgada pelo tratamento que dá às minorias." Acho que isso é muito importante. Não queremos destruir a família de ninguém. Nós queremos construir a nossa do nosso jeito e da nossa forma.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Toni. É um bom resumo do que temos pela frente.

Agora, passo a palavra a Rafaelly Wiest, Presidente do Transgrupo Marcela Prado e Diretora Administrativa da Aliança Nacional LGBTI.

**A SRª RAFAELLY WIEST** – Bom dia a todas as pessoas presentes!

Estou muito feliz, Senadora Marta. Agradeço o convite e a iniciativa da senhora, como sempre uma guerreira dentro do Senado e uma das esperanças nossas para termos um futuro melhor no Brasil, com tanta coisa ruim que vem acontecendo.

Eu também fico muito feliz com o fato de a maioria aqui ser de mulheres. Nada tenho de pessoal contra o Toni. Agradeço o convite. Mas é muito bom uma Mesa feita por mulheres, salvo o Toni. Isso é um reflexo muito bom. Sabemos que somos a maioria no Estado brasileiro e que, infelizmente, somos comandadas, legisladas e julgadas por homens que nem sempre nos entendem. Não é o seu caso.

Eu gostaria de deixar registrado no Senado Federal – já vim aqui outras vezes – que componho também, além da ABGLT, a Rede Trans, que é a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, que representa os travestis e os transexuais.

Senadora Fátima Bezerra, nossa grande companheira também, a cada dia que passa, tenho mais medo literalmente de sair de casa, porque a violência está absurda, irracional e preocupante contra a população LGBT, mas em especial contra as pessoas travestis e transexuais.

Dos 78 países que o Toni citou, nenhum deles, se você acumular pena de morte e pena de prisão, mata mais do que o Brasil. O Brasil acumula 45% dos assassinatos de todo o resto do Planeta. Nenhum lugar no Planeta, em acumulativo, matou mais travestis e transexuais do que o Brasil nos últimos cinco anos. Há casos emblemáticos, como o da violência absurda cometida contra a Verônica, no Estado de São Paulo, no ano passado ou como o caso da Dandara, uma mulher trans que foi espancada por cinco homens, dos quais três são jovens. Ela foi espancada à paulada, foi humilhada – as pessoas ainda tiraram sarro, porque caiu numa rede social – e depois jogada numa vala. Ela levou ainda um tiro no rosto. Então, são crimes de extremo ódio.

Como o Toni falou, ontem, no bairro Juvevê, em Curitiba, um rapaz jogou ácido no rosto de um menino, de um jovem, e disse: "Você tem de morrer, veado." Esse foi o termo que ele usou. O caso está na mídia, está sendo acompanhado pela Delegacia de Proteção dos Direitos Humanos. Mas esse menino está com o rosto deformado, com o braço e o tórax machucados. Ele está numa UTI. Ele perdeu o olho, só porque não tem orientação heterossexual. Então, é uma irracionalidade. A violência que as pessoas LGBT sofrem é absurda.

Além disso, eu gostaria de pontuar... O Toni fez um apanhado, e, desse apanhado, quero me ater a algumas questões mais específicas, principalmente no que diz respeito a violações, como aquela – este é o meu ponto de vista, e acredito que a Patrícia fale sobre isso de alguma forma – de o Supremo Tribunal Federal ter de decidir qual banheiro devo usar, Senadora. Acho isso de uma irracionalidade! É incompreensível que tanto o Legislativo quanto o Judiciário e até mesmo o Executivo estejam envolvidos nisso, bem como conselhos de classe e universidades, para decidirem onde o ser humano faz suas necessidades fisiológicas. Eu tenho de ter o aval do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional brasileiro, eles têm de dizer onde posso entrar para ir ao banheiro. É um absurdo extremo, é quase inacreditável!

Além disso, sou uma cidadã brasileira. Eu nasci em Curitiba, sou uma mulher trans, já fiz a minha retificação de nome, mas mesmo assim... Sou uma mulher trans brasileira, mas, antes de ser trans, eu sou brasileira, eu nasci aqui, eu amo meu País. A Constituição Federal brasileira diz que sou uma cidadã brasileira. Não há nada na Constituição brasileira que diga que uma pessoa travesti ou transexual não está dentro dos direitos registrados na nossa Constituição. Ou seja, tenho direito à segurança, direito à educação, direito à saúde. Não interessa se uso os termos "travesti", "transexual" ou "agênero" ou qualquer outro título ou expressão de identidade de gênero. Antes disso, nasci nesta terra que eu amo, com todos os defeitos. Eu amo meu País, mas, a cada dia que passa, está mais difícil de ficar dentro deste País, porque a gente tem como se fosse uma marca, que está chegando à Chechênia ou a Auschwitz. A população LGBT, a cada dia que passa, está chegando ao ponto de ter de se esconder, como nas décadas de 60 a 80, como era na ditadura militar, quando essas pessoas eram presas, por exemplo, por crime de vadiagem. Travesti e transexual não andavam na rua na época da ditadura militar, porque, se andassem, eram presos por crime de vadiagem.

Então, a conjuntura nossa é muito grave. Por mais que tenhamos avanços muito importantes em algumas questões, esses avanços são tímidos e não estão dando conta de superar toda essa violência.

Pasmem vocês! Eu, convidada, estou aqui com muito orgulho. Milito há dez anos. A convite da Senadora, desta vez, estou falando. Sou defensora dos direitos humanos, sou universitária. Procuro seguir minha vida de maneira correta, nunca tive nenhum problema com a Justiça. Mesmo assim, a Organização Mundial de Saúde determina que eu sou uma pessoa com problemas mentais: eu tenho disforia de gênero, sou uma pessoa com o CID F64. Estou categorizada no bloco de transtornos mentais da Organização Mundial de Saúde como uma doente. Então, é um contrassenso absurdo. Sou uma pessoa que contribui e luta diariamente na vida pessoal e social e agora como militante, com esses poucos dez anos. Sou uma pessoa reconhecida. Ao mesmo tempo, o próprio Estado brasileiro, que reconhece a minha contribuição, apoia que eu seja uma doente mental. Como assim?

Além disso, há essa tutela absurda – e temos o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e da identidade – em que um juiz, um psicólogo e um psiquiatra têm de me autorizar a fazer modificações no meu corpo e no meu nome. É como se eu, por exemplo, não aceitasse que a Senadora Marta usasse o nome Marta. Não existe isso! É o seu nome, é a sua vida. Do mesmo jeito que a senhora é cidadã brasileira e Senadora da República, eu, uma pessoa trans ou quem quer que seja temos o direito personalíssimo da identidade, que está na Constituição Federal. Eu não quero mudar o nome da Senadora Fátima Bezerra nem o do Toni Reis. Eu quero o meu nome. É a minha vida pessoal e privada, que não diz respeito a absolutamente mais ninguém. É a minha própria vida.

Acredito eu que, se eu tivesse algum tipo de interferência ligada à vida do próximo, se a minha ação de me chamar Rafaelly e de fazer cirurgias no meu corpo interferisse na vida pessoal de qualquer cidadão brasileiro, poderíamos discutir sobre esse assunto, mas não diz respeito a isso. O processo transexualizador, como o Toni falou, é uma luta que vem sendo paulatinamente discutida desde 1997, e ainda não temos o direito garantido, mesmo havendo a política do SUS. Como eu disse, na Constituição Federal, toda cidadã e todo cidadão brasileiro têm direito à saúde, mas eu não tenho esse direito garantido a partir do momento em que me coloco como pessoa trans. Então, há a questão do direito à saúde, do direito do corpo e do direito do nome. Esse é um direito fundamental. Todas as pessoas têm esse direito, mas, quando se fala de pessoas travestis ou transexuais, esse direito não é visto, não é aceito, e a gente é invisível.

Por várias vezes, cheguei ao Senado Federal, à Câmara Federal ou aos Ministérios, quando compus conselhos, e o registro na portaria era feito com o nome que minha mãe me deu, com meu nome antigo. Aqui eu era convidada formalmente pelo MEC – compus comitês também – e pelo Senado. A Rafaelly estava falando, mas, no registro de vocês, não havia Rafaelly. A minha retificação foi feita em 2015. De 2015 para trás, se vocês procurarem, vão ver que vim infinitas vezes aqui, mas que eu não estava formalmente aqui. Então, na própria Casa de leis, não era eu que estava aqui. Eu estava com um documento formal, sendo convidada como Rafaelly Wiest da Silva, mas lá embaixo não era a Rafaelly Wiest que estava entrando aqui. Fora isso, a gente passa por um constrangimento, e seria uma coisa tão simples de ser resolvida!

(*Soa a campainha.*)

**A SRª RAFAELLY WIEST** – Chegando ao final, eu gostaria muito de fazer um apelo público aqui sobre um projeto que está tramitando, o de nº 198, na Câmara. A pretensão desse projeto é a de que passe a ser crime hediondo aquele cometido por pessoas que tenham sorologia positiva para HIV/aids e que o transmitam propositalmente para o próximo. O objetivo é o de que isso vire crime hediondo.

Eu gostaria de deixar nítido – acompanho a discussão e trabalho com projetos relacionados a HIV/aids junto à Unesco e ao Ministério da Saúde – que não existe evidência científica, que não existe como provar que um indivíduo passou HIV para outro, para que esse indivíduo que supostamente o tenha passado seja penalizado. Não existe evidência científica. Como comprovar isso? Não há como comprovar. Então, é uma lei absurda. Além disso, pessoas com sorologia positiva já têm uma dificuldade imensa, absurda, em conseguir ter uma vida sem preconceitos, mesmo com a lei que foi aprovada e que não permite que pessoas com sorologia positiva, com HIV e aids, sofram preconceito. O Brasil é preconceituoso com as questões do HIV. Quem tem HIV sofre demais com isso.

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pode encerrar, por favor.

**A SRª RAFAELLY WIEST** – Sim.

Em vez de o Estado brasileiro cuidar dessas pessoas que têm essa patologia, querem passar a tratar isso como crime hediondo, sendo que as pessoas fazem uma correlação, que não é real, ao acharem que essa doença é uma doença LGBT. Então, é muito grave esse Projeto 198. Eu gostaria de deixar registrado que a gente é absolutamente contra.

Muito obrigada, Senadora.

Obrigada a todos.

Tenham uma boa tarde! (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Rafaelly Wiest, Presidente do Transgrupo Marcela Prado e Diretora Administrativa da Aliança Nacional.

Com a palavra Patrícia Mannaro...

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Peço a palavra pela ordem, Senadora Marta.

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senadora Fátima.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora, dia de quarta-feira, como V. Exª sabe, é um dos dias de agenda mais intensa no Senado, no Congresso Nacional. Tenho de ir até a Comissão de Direitos Humanos neste exato momento, para participar de um debate lá, mas eu queria, de forma muito breve, cumprimentar V. Exª e cumprimentar todos os nossos convidados e convidadas.

Quero dizer da importância, sim, de o Congresso Nacional, no dia em que se celebra o Dia Internacional contra a LGBTfobia, abrir suas portas para fazer o debate, pelo quanto ele se faz necessário e, inclusive, pelo quanto de dívida do ponto de vista social o Congresso Nacional tem com as agendas voltadas para a cidadania da comunidade LGBT no Brasil.

Infelizmente, temos assistido, e não é de hoje, ao longo desses últimos anos, a um Congresso extremamente hostil, a um Congresso extremamente fechado, a um Congresso extremamente – por que não dizer – anacrônico, arcaico. Como é que o Congresso não dialoga, no sentido de fazer seu papel, que é o de garantir direitos, não é, Senadora Marta? É isso que se pretende, que ele cumpra seu papel como Poder Legislativo, que tenhamos legislações aqui que venham no sentido de garantir a igualdade de direitos a todos os brasileiros e brasileiras, porque é disso que se trata.

Felizmente, graças à mobilização social – aqui quero saudar todas as entidades através da ABGLT, quero saudar toda essa rede de militantes LGBT pelo País inteiro, que não abre mão dos seus sonhos, que não desiste de lutar, de maneira nenhuma –, temos conseguido alguns avanços no campo, por exemplo, do Supremo. Mas esta Casa, repito, continua surda, completamente surda.

Temos aí a Senadora Marta, temos de reconhecer, que tem uma trajetória político-parlamentar sempre muito voltada para a defesa da cidadania, da comunidade LGBT.

Termino, Senadora Marta, dizendo que nosso mandato está, como sempre, atento e é parceiro dessa luta, seja como Deputada Estadual, seja como Deputada Federal e agora como Senadora.

Aproveito, inclusive, para convidar a Comissão de Assuntos Sociais para ser nossa parceira na realização de uma audiência pública que, em breve, vamos promover no Congresso Nacional, fruto de requerimento de minha autoria aprovado no Parlasul, precisamente na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul, do qual faço parte integrando a delegação brasileira. Essa audiência, portanto, será realizada no Parlasul e terá como foco trazermos para conhecimento não só do Brasil, porque já foi apresentado aqui, mas também dos demais membros do Parlasul os resultados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional com Adolescentes e Jovens LGBT, mencionada aqui por Toni.

Essa pesquisa – não sei se V. Exª já teve conhecimento – é muito importante, Senadora Marta. Ela mostra o quanto, apesar dos esforços, nós estamos ainda distantes da realidade da aceitação do outro, o que queremos para um mundo justo e igualitário. A pesquisa traz dados alarmantes: 73% dos estudantes sofrem *bullying*; 60% se sentem inseguros no próprio ambiente escolar. Enfim, é uma pesquisa de muita seriedade, de muita qualidade. Portanto, nós tomamos essa iniciativa de, através do Parlasul, realizarmos essa audiência, para que, à luz de pesquisas como essa, possamos fortalecer nossa luta em busca de políticas públicas voltadas para a garantia da cidadania.

Infelizmente, o País vive um momento muito difícil. Eu fico olhando aqui. Esta Casa era para estar cheia, bem como esta sala aqui. Sabem por que não está cheia? Os trabalhadores estão sendo impedidos de entrar no Congresso Nacional, Senadora Marta. Estão sendo impedidos disso na hora em que o Congresso Nacional está discutindo pautas decisivas para o povo brasileiro, para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, inclusive para os profissionais LGBT, para todo o País, como a questão da reforma trabalhista, como a questão da reforma da previdência. O Congresso Nacional está interditado para a presença aqui dentro, repito, das entidades dos trabalhadores e das trabalhadoras. Há uma fila enorme lá fora. As pessoas não estão podendo entrar aqui.

Enfim, só tempos de ataque à democracia explicam o que nós estamos vivendo, infelizmente.

Mas é isso, meu caro Toni! Há muitos desafios pela frente, inclusive no campo da educação. Quanto à Escola sem Partido, felizmente, temos parecer da própria Procuradoria-Geral da República declarando a inconstitucionalidade desse projeto, Senadora Marta, pelo quanto ele tem de absurdo. Imaginem querer colocar uma mordaça na escola, querer proibir que a escola fale da vida como ela é! E, para falar da vida como ela é, a escola tem de falar, sim, das questões de gênero, tem de falar da questão da orientação sexual, tem de falar da questão da raça, da etnia, da religiosidade, enfim, a escola tem de falar do mundo que a cerca, com todo o respeito, com todo o preparo que o debate exige.

Encerro mesmo, dizendo a V. Exª que tivemos conquistas importantes quando a Procuradoria-Geral da República declara a inconstitucionalidade desse projeto. Recentemente, a ONU também está questionando o Governo brasileiro acerca do projeto Escola sem Partido. Mas nós não podemos baixar a cabeça, temos de ficar cada vez mais vigilantes. Sabem por quê? Porque tramita no Congresso Nacional, inclusive no Senado, não só na Câmara, um projeto de lei para instituir a Escola sem Partido. Ou seja, enquanto o Senado e a Câmara se fecham a qualquer legislação que traga o respeito à cidadania de todo e qualquer brasileiro, independentemente de sua orientação sexual, enquanto eles se fecham a isso, por outro lado, tomam-se iniciativas aqui dentro que vêm na direção da criminalização, na direção de cercear aquilo que de mais importante a escola tem, que é o debate, a livre expressão. Então, é isso, Senadora Marta. Mais uma vez, destaco a importância desta audiência e coloco nosso mandato sempre à disposição para somar nessa luta.

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada pela sua fala, Senadora, e pela contribuição que deu aqui ao debate.

Passo a palavra à Srª Patrícia Mannaro, Advogada e Secretária-Geral da Aliança Nacional.

**A SRª PATRÍCIA MANNARO** – Bom dia a todos!

Eu queria agradecer ao Senado por esta oportunidade, em nome da Senadora Marta Suplicy, e aos presentes, por estarem aqui conosco num momento tão importante.

Vou começar com uma frase que me fez refletir muito: ninguém nasce machista, misógino; ninguém nasce preconceituoso, LGBTIfóbico; ninguém nasce racista, isso é fruto do meio social em que estamos inseridos. Feito isso, eu me pergunto: qual é a nossa responsabilidade social sobre essa alegação? Discursos de ódio incitam segregação social. A mídia, por meio de estereótipos, incita também a segregação. Há piadas, termos pejorativos e até mesmo a LGBTIfobia nos meios esportivos. Essas pequenas manifestações, ou grandes, nada mais fazem do que cindir a sociedade; criam uma situação em que fica quase impossível que as minorias consigam se sentir recepcionadas na sociedade em que vivem. Então, todos nós somos responsáveis pela sociedade que construímos.

De fato, acredito eu que vivemos numa sociedade patriarcal. Quando eu digo isso, digo porque nossa sociedade é construída, além do racismo, da misoginia, do binarismo de gênero, também por uma educação heteronormativa. Dessa forma, qualquer pessoa que não se sinta recepcionada nesse núcleo já preestabelecido pela sociedade não se sente pertencente ao meio onde vive. Quando digo que não se sente pertencente ao meio onde vive, não estou dizendo somente no ambiente de trabalho, estou dizendo dentro da própria família, estou dizendo no ambiente escolar, onde o *bullying* homofóbico, por exemplo, é extremamente violento, onde crianças e adolescentes chegam a cometer suicídio, não querem ir à escola; a evasão escolar é extremamente grande.

Nossa sociedade é um tanto quanto castradora, e isso é importante dizer quando falamos de LGBTIfobia. Eu não sei vocês, mas, honestamente, quando me perguntarem com quantas pessoas eu já fui para a cama, infelizmente eu vou ter de dar a alegação de que eu já dormi com mais de 206 milhões de pessoas, porque a sociedade é tão castradora, que tenho, às vezes, a impressão de que o orgasmo não é só meu, mas pertence a todo mundo que se sente capaz de julgar, imputar, segregar e dizer como ou não eu devo me comportar num ambiente que pertence única e exclusivamente a mim.

Imagine a mulher! Se a sociedade já é castradora sexualmente de maneira geral, imagine a mulher falar do seu próprio prazer! Imagine uma mulher bissexual falar do seu próprio prazer sem ser tachada como promíscua! Imagine uma mulher lésbica falar do seu próprio prazer sem ser tachada como uma mulher que não teve um sexo hétero muito bom! A nossa sociedade nos silencia; silencia a mulher de maneira geral. Mulheres trans são silenciadas diariamente e são mortas pela sua identidade de gênero. Por que é tão importante falarmos disso? Porque, quando falamos de uma sociedade, queremos equidade, queremos ser livres no nosso pensamento, na nossa sexualidade, nos nossos corpos, na nossa forma de expressão. Esses cerceamentos, essas segregações atingem de forma vital a população LGBTI. É muito importante falarmos da sociedade, sim, mas acho importante também falarmos que há uma LGBTIfobia institucionalizada muito violenta. Quando falo que temos uma LGBTIfobia institucionalizada, de nada adianta nós apenas discutirmos a criminalização da LGBTIfobia se nós ainda temos, dentro do panorama Estado, uma série de atos, de projetos de lei, de discussões parlamentares que visam a segregar minorias, como, por exemplo, o absurdo e excludente Estatuto da Família, que tem de ser dito e tem de ser rechaçado. Como podemos falar de uma sociedade livre se temos um estatuto que exclui do conceito de família uma série de entidades familiares homoafetivas que existem e estão constituídas legalmente? É como se elas não existissem. Em compensação, o Estatuto da Família está aí, crescendo, de vento em popa. Se não me engano, estão colhendo assinaturas; não tenho certeza da fase do trâmite em que ele está no momento.

Outro questionamento importante ao falarmos da LGBTIfobia institucionalizada é a discussão do eterno termo sensacionalista da "cura *gay*". Por que digo que é sensacionalista? Porque homossexualidades não se curam. O Toni muito bem apresentou aqui: desde 1990, as homossexualidades já saíram do rol de doenças da Organização Mundial de Saúde. Infelizmente, as transexualidades ainda não saíram desse rol, mas espero ver que também se retire o CID das transexualidades, que isso também seja possível.

Nós temos agora o PDC 539, que quer atacar novamente o art. 3º da Resolução nº 199 do Conselho Federal de Psicologia, para impedir que os psicólogos tenham liberdade na atuação profissional e não encarem as homossexualidades – que já não são doenças – como de fato doenças passíveis de tratamento.

Outra coisa que eu queria pontuar, quando falamos de LGBTIfobia institucionalizada, é a Resolução nº 34, de 2014, da Anvisa. Que resolução é essa? É aquela resolução que proíbe homens que tenham tido relações sexuais com outros homens de doar sangue pelo prazo de 12 meses. Existe uma ADI, inclusive; há várias organizações civis que estão operando como *amicus curiae* nessa ADI. A alegação da manutenção dessa Resolução nº 34, de 2014, é que os homossexuais, os *gays* seriam uma população de risco e que, por causa disso, teria de se manter essa resolução. No entanto, o que muito me espanta é que existe um relatório epidemiológico da Anvisa, de 2015, que informa que, em 2015, 4.329 pessoas contraíram o HIV. No entanto, 49,9% dessas pessoas eram heterossexuais, e apenas 45,7% eram pessoas que tinham relacionamentos homoafetivos. Então, essa resolução não se sustenta nem pela própria estrutura das nossas casas. Não há justificativa jurídica para que ela continue existindo, e, ainda assim, nós temos de entrar com uma ADI para que ela possa ser questionada. Isso é LGBTIfobia institucionalizada. Isso é segregação do próprio Estado contra uma classe que foi estigmatizada pelo vírus HIV e que hoje não se sustenta pelo próprio Governo! (*Palmas.*)

Outra coisa que eu queria dizer para vocês é a questão dos casos alarmantes de LGBTIfobia dentro das escolas, que causam o *bullying* escolar. Nós temos dados concretos, como eu disse anteriormente, de crianças e adolescentes cometendo suicídio, de evasão escolar, de baixo rendimento escolar, e, ainda assim, retira-se das cartilhas a discussão sobre gênero, orientação de gênero e identidade de gênero. Eu gostaria de saber qual é o fundamento de nós criarmos uma eterna invisibilidade e de fecharmos os olhos para esses adolescentes e essas crianças que estão pedindo ajuda, auxílio. Estamos virando as costas para eles quando não discutimos gênero, orientação sexual e identidade de gênero dentro das escolas, quando nós não capacitamos profissionais da educação para saberem lidar com crianças, independentemente da diversidade delas.

(*Soa a campainha.*)

**A SRª PATRÍCIA MANNARO** – Eu já vou encerrando.

Só para concluir, quero dizer que precisamos capacitar professores, precisamos trabalhar com a capacitação de profissionais de saúde, precisamos trabalhar com a capacitação de servidores públicos, que, muitas vezes, não estão habituados a tratar uma pessoa em razão da sua diversidade. Por exemplo, quantas e quantas vezes eu já ouvi "o travesti"? Não é "o", é "a". É um artigo, é uma pequena letra que faz uma diferença muito grande para aquela pessoa, que se sente aviltada quando a escuta. Capacitação, nós precisamos trabalhar com isso!

Por último, digo outra coisa sobre educação. Nós precisamos ter nos nossos currículos, na grade obrigatória do magistério, a discussão sobre a diversidade, não apenas em especializações, porque o professor não escolhe o aluno que ele vai ter. O professor recebe uma sala e, mediante aquela sala, trabalha com a sala. Nós temos de ter no currículo do magistério a discussão sobre diversidade.

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pode encerrar, por favor.

**A SRª PATRÍCIA MANNARO** – Desculpe-me!

Temos de incluir isso no currículo do magistério, além de mudar nossas cartilhas. Por exemplo, uma criança estuda sobre família. A família dela é homoafetiva, e ela estuda que a família é heteronormativa e não se sente incluída na sociedade.

Inicialmente, era isso que eu queria concluir.

Eu queria falar, então, que termino como comecei: ninguém nasce preconceituoso, misógino, racista, LGBTIfóbico, isso é fruto do meio social em que nós vivemos. Qual é a nossa responsabilidade sobre isso?

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Patrícia Mannaro.

Passo a palavra à Srª Luma Nogueira de Andrade, para os seus dez minutos finais.

**A SRª LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE** – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes!

Eu sou a Profª Drª Luma Nogueira de Andrade, professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, uma universidade federal localizada no interior do Estado do Ceará.

Sou considerada a primeira travesti doutora do País, o que ocorreu em 2012, e a primeira docente travesti em uma universidade pública federal, concursada também, neste País, o que ocorreu em 2013, o que é motivo de muita alegria, mas também de muita tristeza. O que esse dado significa para a população travesti e transexual? Uma única pessoa nessa condição consegue ocupar um espaço legitimado pela sociedade! E aí nós precisamos, realmente, a partir desse dado, fazer uma reflexão: o que está acontecendo? Por que essas sujeitas não estão chegando a esses lugares? O que ocorre? O que se estabelece dentro desses contextos sociais que ocorre uma chancela do andamento, do desenvolvimento dessas sujeitas?

Nós precisamos, dentro deste contexto da minha própria apresentação, fazer uma reflexão histórica. Aqui eu não terei tempo para fazer um relato de uma produção acadêmica, mas farei um relato para que as pessoas que nos ouvem e veem através das mídias possam também aprender um pouco com a nossa reflexão que aqui será posta.

A reflexão-chave que a gente traz é: o que produz essa violência? Nós vimos vários dados apresentados por quem me antecedeu, como, por exemplo, o Toni Reis e as outras meninas que se apresentaram. Nós precisamos entender como é que isso se estabelece dentro da nossa sociedade. Existe uma racionalidade. Arlette Farge, em seu livro, traz uma grande contribuição: não se trata de uma irracionalidade; a violência produzida contra travestis, transexuais e a população LGBT, em geral, é fruto de uma racionalidade. Precisamos entender que tipo de racionalidade é essa, que produz tanta violência. E aí nós temos de ver o contexto histórico.

No livro *História da Sexualidade*, um dos livros de Foucault, nós vamos encontrar exatamente o que acontece na passagem da Antiguidade para a Idade Média no contexto da sexualidade. E um fato é marcante: o lugar da mulher. Qual é o lugar da mulher? É o lugar da abjeção, é o lugar da subalternização. E o sujeito que incorpora essa feminilidade no corpo vai também incorporar todo o signo do processo de exclusão da mulher.

Outro livro sobre a história das mulheres vai trazer esse contexto bem aprofundado, inclusive quando a mulher é tratada como histérica. As mulheres já nasciam com o potencial de serem loucas por si sós. Então, a mulher encontra demarcado esse lugar misógino, esse lugar depreciativo, e qualquer sujeito que incorporar essa feminilidade vai ser fruto também dessa subalternização e dessa violência. Isso atravessa o contexto, inclusive, da religiosidade da fé e passa a ser chancelado pelo Direito, passa a ser chancelado pela Ciência, através da Medicina. Havia teses absurdas de que a mulher tinha quadris largos porque não tinha o cérebro desenvolvido. Vejam que teses são produzidas através, inclusive, do pensamento científico e colocam o lugar de abjeção dessas sujeitas, de tudo aquilo que está fora do contexto padrão hegemônico de nossa sociedade. Temos um modelo de homem. Temos um modelo, dentro da nossa sociedade, que está chancelado para ocupar os espaços. Registramos um fato importante: nosso território pode ter sido descolonizado, mas nossas mentes continuam colonizadas, inclusive na nossa linguagem, na nossa fala. A gramática, que nós tanto defendemos como correta e que reproduzimos, traz marcas dessa colonização, quando utilizamos o termo "denegrir", racista, ou quando utilizamos o termo "judiar", racista. Quando utilizamos o termo da flexão de gênero, como quando, num espaço, possa haver a maioria de mulheres e um homem apenas, a gramática vai eliminar essas mulheres em função da existência de um único homem. Essas mulheres incorporam essa forma de pensar. É algo que vai entrar no que Foucault chama de processo de adestramento das nossas mentes, em que tratamos isso como se fosse natural. Então, incorporamos essas ideias, que são fruto do processo cultural, que advêm de uma ligação de sistemas disciplinares, e incluímos a questão, inclusive, da nossa religiosidade, das nossas crenças.

Aqui não quero dizer que existe uma religião x ou y que seja homofóbica, transfóbica, lesbiofóbica, LGBTfóbica. Não existe uma religião, especificamente, em que haja uma unanimidade nessa forma de pensar. Existem pessoas que pensam de formas distintas, pessoas que, independentemente do lugar que ocupem, seja em determinadas religiões, seja em determinados espaços do Estado, pensam com uma racionalidade que vai chancelar determinadas formas de violência contra determinados tipos de pessoas que não se enquadram nos padrões. E não importa o nome que se dê a esses sujeitos ou a essas sujeitas: se não estão dentro do modelo hegemônico ou do padrão dos nossos colonizadores, são pessoas que sofrerão um processo de discriminação.

Esse modelo é claro: é macho, é branco, é sexista, é machista, é homofóbico, transfóbico e lesbiofóbico. Esse é o espaço da negação desses sujeitos e dessas sujeitas. Incorporar a feminilidade no corpo, principalmente quando esse corpo possui um órgão chamado pênis, é negar essa masculinidade, e isso fragiliza o macho, isso o deixa num lugar com possibilidade de uma mudança onde se considera algo que é fixo, onde é impossível haver um processo de transformações e de mudanças. Mas nós somos humanos e passamos por um processo, por si só, de transformações sociais, inclusive em nossos corpos. Os homens do passado já não são os homens de hoje. Antes, quem veria um homem tirar as sobrancelhas? Quem veria um homem fazer sua depilação íntima? Hoje todos esses processos ocorrem, e esses homens não deixam de ser homens por conta disso.

Nós precisamos fazer uma reflexão. A sociedade está se modificando. Comportamentos culturais e religiosos que antes eram praticados hoje não são praticados. Eu sou fruto da religião evangélica. Eu me lembro de quando eu ia com minha avó para a igreja, das vestes que ela utilizava, das vestes que eram chanceladas. Hoje vejo outro retrato. Isso é ruim? Não. A sociedade se modifica, os sujeitos mudam sua forma de pensar.

E aí temos um papel muito importante, estejamos em quaisquer dos lugares, no Estado, na religião x ou na religião y, que é o de tentar produzir uma fissura nessa racionalidade que produz essa violência. Quem está produzindo essas mudanças são as pessoas que estão dentro desses embates. Há pessoas evangélicas que compreendem nossas lutas, que compreendem nossas necessidades de existência, porque elas acreditam, sim, na possibilidade...

(*Soa a campainha.*)

**A SRª LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE** – ...de os sujeitos poderem ser o que querem. Aí se dá livre arbítrio a cada um, que a Constituição vai entender como palavra de liberdade. Nos termos bíblicos utilizados, nós vamos chancelar isso como livre arbítrio. Nós temos a possibilidade de dar esse livre arbítrio sem poder julgar os sujeitos ou as sujeitas. E por que nós não damos essa liberdade, que é constitucional? Por que nós não damos essa possibilidade do livre arbítrio para esses sujeitos e para essas sujeitas? Que tipo de cristãos nós somos? Que tipo de Deus nós estamos defendendo? De que lado nós estamos? Estamos do lado da morte ou do lado do amor, do lado sangue ou do lado da liberdade? Aí é de cada um. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada, Drª Luma Nogueira de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura e Presidente da Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, pelas pertinentes observações trazidas.

Agora, quero comunicar que vamos encerrar a nossa audiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro a presente reunião encerrada, convocando a 2ª Reunião conjunta das Comissões Permanentes CAS e CAE, a se iniciar às 14h, no Plenário 19.

Muito obrigada a todos, especialmente aos que aqui se colocaram.

(*Iniciada às 10 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)